

**TABELA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE EXECUTADOS
POR POLÍTICAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS**

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	MÉDIA ANUAL DE PÚBLICO BENEFICIADO
<p><u>ACADEMIA DE SAÚDE</u> Ano de criação: 2013 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria GM/MS 1.401/2011 Local: Academia de Saúde na Praça Central Especificação/finalidade: Atividades Físicas Supervisionadas Rubrica Orçamentária: Manutenção da Vigilância em Saúde Público Alvo: População em geral, ênfase a portadores de doenças crônicas como hipertensão e diabetes.</p>	<p>2013: 68 atividades 2014: 907 atividades 2015: 868 atividades 2016: 1.211 atividades 2017: 1.287 atividades 2018: 1.433 atividades 2019: 1.093 atividades em grupo</p>
<p><u>ACUIDADE VISUAL</u> Ano de criação: 2008 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. PORTARIA Nº 3.128, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. Programa Estadual Local: Posto de saúde Central Especificação/finalidade: Fornecimento de armações oculares Rubrica Orçamentária: Recurso Estadual-Doação de armações pelo Estado Público Alvo: Pacientes com deficiência visual</p> <p>PROJETO VISAO PERFEITA Atendimento oftalmológico de todas as crianças da rede escolar com idade entre 3 e 12 anos. Recursos do Condica. Termo de Credenciamento 01/2019</p> <p>FORNECIMENTO DE ARMAÇÕES OCULARES Emenda Impositiva Poder Legislativo nº</p>	<p>2013: 35 armações oculares 2014: 26 armações oculares 2015: 31 armações oculares 2016: 33 armações oculares 2017: 32 armações oculares 2018: 23 armações oculares 2019: 18 armações oculares</p> <p>2019: estimativa de atendimento 1500 crianças</p> <p>Aquisição de 200 armações oculares para distribuição</p>

<p><u>AGENDAMENTO DE CONSULTAS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE</u> Ano de criação: 2006 Instrumento Normativo: Portaria MS 399 de 22 de fevereiro de 2006 - Sistema de Regulação Estadual Local: Posto de saúde Central Especificação/finalidade: Agendamento de consultas e exames de média e alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde. Rubrica Orçamentária: SISREG (Sistema de Regulação Estadual) – Recurso Estadual Público Alvo: População em geral, encaminhada pela rede básica para consultas e procedimentos de especialidades médicas.</p>	<p>2013: 1.277 agendamentos 2014: 973 agendamentos 2015: 1.068 agendamentos 2016: 1.020 agendamentos 2017: 1.580 agendamentos e 3.396 exames 2018: 5.127 consultas e 4.756 exames 2019: 1.496 consultas(dado inconclusivo--não disponibilizado pelo sistema estadual)</p>
<p><u>AGENDAMENTO DE EXAMES ESPECIALIZADOS</u> Nome: COMAJA – Consórcio Intermunicipal do Alto Jacuí Data de criação: 01/10/ 2010 Instrumento Normativo: Lei Municipal 3.803/2010. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Contrato de Adesão. Especificação/finalidade: Marcação e encaminhamento de exames de media e alta complexidade com financiamento municipal (Rx, Ultrassom, endoscopia, colonoscopia, tomografia, ressonância magnética, fonoaudiologia laboratoriais, etc...) Rubrica Orçamentária: Manutenção Assistência Medica e odontológica Público Alvo: População em geral</p>	<p>2013: 1.293 exames 2014: 2.776 exames 2015: 3.271 exames 2016: 2.563 exames 2017: 2.378 exames 2018: 3.051 exames 2019: 2.619 exames</p>
<p><u>AGENDAMENTO DE EXAMES ESPECIALIZADOS</u> Nome: COMAJA – Consórcio Intermunicipal do Alto Jacuí Data de criação: 01/10/ 2010 Instrumento Normativo: Lei Municipal 3.803/2010. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Contrato de Adesão. Especificação/finalidade: Marcação e encaminhamento de procedimentos, sessões e</p>	<p>2019: 8 procedimentos, 158 sessões de Hidroterapia, 1.137 sessões de fonoaudiologia, 41 cirurgias</p>

<p>cirurgias de media e alta complexidade com financiamento municipal (Cauterização, hidroterapia, fonoaudiologia, cirurgia Otorrinolaringologia, Histerectomia total, Uni ou bilateral, etc...).</p> <p>Rubrica Orçamentária: Manutenção Assistência Medica e odontológica</p> <p>Público Alvo: População em geral</p> <p>Exames iniciados em 2019 em substituição a contratos de credenciamento.</p>	
<p><u>AGENDAMENTO DE CONSULTAS DE ESPECIALIDADES CO-FINANCIADAS</u></p> <p>Nome: COMAJA – Consórcio Intermunicipal do Alto Jacuí</p> <p>Data de criação: 01/10/ 2010</p> <p>Instrumento Normativo: Lei Municipal nº 3.803/2010. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Contrato de Adesão.</p> <p>Especificação/finalidade: Marcação de consultas em especialidades não supridas pelo Estado/União (psiquiatria/urologia/neurologia/reumatologia/etc...).</p> <p>Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e odontológica</p> <p>Público Alvo: População em geral.</p>	<p>2013: 374 consultas</p> <p>2014: 447 consultas</p> <p>2015: 449 consultas</p> <p>2016: 426 consultas</p> <p>2017: 534 consultas</p> <p>2018: 613 consultas</p> <p>2019: 775 consultas</p>
<p><u>AGENDAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES DE MEDIA COMPLEXIDADE -referência Carazinho.</u></p> <p>Ano de criação: 2001</p> <p>Instrumento Normativo: Lei n 8080/1990. Portaria MS 399 de 22 de fevereiro de 2006- Sistema de Regulação Municipal de Carazinho.</p> <p>Local: Posto de saúde Central</p> <p>Especificação/finalidade: Agendamento de consultas e exames especializados pelo Sistema Único de Saúde regulados pelo município de Carazinho/RS.</p> <p>Rubrica Orçamentária: Gestão Plena Municipal de Carazinho.</p> <p>Público Alvo: População em geral, encaminhada pela rede básica para consultas em especialidades médicas e exames especializados, em média e alta complexidade.</p>	<p>2013: 189 consultas e 323 exames</p> <p>2014: 150 consultas e 221 exames</p> <p>2015: 186 consultas e 49 exames</p> <p>2016: 205 consultas e 254 exames</p> <p>2017: 726 consultas e 308 exames</p> <p>2018: 106 consultas e 346 exames</p> <p>2019: 92 consultas e 3.429 exames</p>

<p><u>ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA</u> Ano de criação: 1998 Instrumento Normativo: Lei nº 8080 /1990. Programa Federal/Estadual/Municipal, RENAME - PORTARIA MS/GM Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015 Local: Farmácia Central Especificação/finalidade: Dispensação de medicamentos do componente básico. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Farmacêutica Público Alvo: Pacientes com prescrição medica de fármacos da Lista de Componente Básico da RENAME.</p>	<p>2013: 58.186 atendimentos 2014: 62.651 atendimentos 2015: 59.236 atendimentos 2016: 60.701 atendimentos 2017: 55.343 atendimentos 2018: 53.874 atendimentos 2019: 53.140 atendimentos</p>
<p><u>ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESPECIAL – DISPENSAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</u> Ano de criação: 2005 a 2008 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria nº 399/GM – 22/02/2006; Portaria 2577/GM – 2006 e Portaria 2981-26/11/2009; Resolução CIB 143/2013; PORTARIA MS/GM Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015. RENAME - PORTARIA MS/GM Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015. Local: Posto de Saúde Central/ Farmácia Especificação/finalidade: Dispensação de medicamentos especiais fornecidos pelo Estado do RS, através do recebimento de Processos Administrativos. Rubrica Orçamentária: Recurso Estadual Público Alvo: Pacientes com prescrição de medicamentos da Lista Especializada da RENAME.</p>	<p>2013: não havia registro 2014: não havia registro 2015: não havia registro 2016: 15.360 atendimentos. 2017: 13.692 atendimentos 2018: 13.932 atendimentos 2019: 14.132 atendimentos</p>
<p><u>CONTROLE DE DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL</u> Ano de criação: 2002 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Programa Federal- Portaria nº 371, DE 04 de março de 2002. Local: Todas as Unidades Básicas de Saúde Especificação/finalidade: Orientação e acompanhamento de pacientes crônicos. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Manutenção da Assistência Farmacêutica Público Alvo: Pacientes crônicos com Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial</p>	<p>2013: 2.147 testes de Diabetes 26.326 aferições de Pressão Arterial 2014: 1.333 testes de Diabetes 16.717 aferições de Pressão Arterial</p>

	<p>2015: 2.649 testes de Diabetes 27.210 aferições de Pressão Arterial</p> <p>2016: 2.648 testes de Diabetes 29.948 aferições de Pressão Arterial</p> <p>2017: 2.723 testes de Diabetes e 28.271 aferições de Pressão Arterial</p> <p>2018: 3.248 testes de Diabetes e 25.239 aferições de pressão</p> <p>2019: 3.280 testes de Diabetes e 27.449 aferições de pressão</p>
<p><u>CONTROLE DA HANSENÍASE</u> Ano de criação: 2010. Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Programa Federal- PORTARIA Nº 3.125, DE 07 DE OUTUBRO DE 2010. Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Tratamento e controle da Hanseníase Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: Pacientes com Hanseníase</p>	<p>2013: 01 paciente 2014: Não houve caso 2015: Não houve caso 2016: Não houve caso 2017: Não houve caso 2018: 02 casos 2019: Não houve casos</p>
<p><u>CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO</u> Ano de criação: 2004 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria nº 518/04 Local: Posto de saúde Central – Setor de Vigilância</p>	<p>2013: 99 coletas 2014: 99 coletas 2015: 216 coletas 2016: 105 coletas</p>

<p>Sanitária Especificação/finalidade: Controle de qualidade da água para consumo humano Rubrica Orçamentária: Manutenção da Vigilância Sanitária População Alvo: População urbana e rural com sistemas de abastecimento de água para consumo humano.</p>	<p>2017: 222 coletas 2018: 120 coletas 2019: 120 coletas</p>
<p><u>ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE</u> Ano de criação: 1998 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Local: Todas as Unidades Básicas de Saúde, com a visita a domicílio. Especificação/finalidade: Visitas domiciliares – acompanhamento e busca ativa de gestantes e em especial de doentes crônicos e em situação de vulnerabilidade Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: População urbana, distrito de São Jose do Centro e Assentamento Libertação Camponesa.</p>	<p>2013: 23.495 visitas 2014: 26.576 visitas (**) 2015: 36.736 visitas (**) 2016: 39.837 visitas 2017: 43.304 visitas 2018: 55.904 visitas 2019: 54.591 visitas</p>
<p><u>FORNECIMENTO DE FRALDAS PARA DEFICIENTES</u> Ano de criação: 2014 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria GM/MS nº 793, 24/04/2012, Resolução CIB 070/14 de 17 de fevereiro de 2014. Programa Estadual – Gerenciamento de Usuários com Deficiência – GUD. Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Fornecimento de fraldas para pessoas com deficiência Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Farmacêutica Público Alvo: Pacientes com deficiências que necessitam uso contínuo de fraldas.</p>	<p>2013: Não existia o programa 2014: 48 pacientes atendidos 2015: 74 pacientes atendidos 2016: 78 pacientes atendidos 2017: 107 pacientes atendidos 2018: 100 pacientes atendidos 2019: 76 pacientes atendidos</p>

<p><u>PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE</u> Ano de criação: 1998 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Programa Federal-Portaria GM MS nº 3.125 de 07 de outubro de 2010. Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Controle e tratamento de pacientes com tuberculose. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: Pacientes com tuberculose.</p>	<p>2013: 04 pacientes 2014: 05 pacientes 2015: 06 pacientes 2016: 01 paciente 2017: 04 pacientes 2018: 02 pacientes 2019: 05 pacientes</p>
<p><u>PROGRAMA DE ACUIDADE AUDITIVA E PRÓTESES FÍSICAS</u> Ano de criação: 2005. Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria GM/MS nº 2.073, de 28 de setembro de 2004. Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Fornecimento de aparelho auditivo, próteses e órteses físicas Rubrica Orçamentária: Recurso Estadual Público Alvo: Pacientes com deficiências que necessitam próteses e órteses.</p>	<p>2013: 23 próteses auditivas 05 próteses físicas 2014: 12 próteses auditivas 05 próteses físicas 2015: 12 próteses auditivas 05 próteses físicas 2016: 16 auditivas 11 próteses físicas 2017: 26 auditivas 33 próteses físicas 2018: 26 auditivas 49 físicas 2019: 27 auditivas e 41 físicas</p>
<p><u>PROGRAMA DE CONTROLE DA HEPATITE VIRAL (B e C) e HIV</u> Ano de criação: 1985 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portarias GM/MS 3.176/2013, 29/2013, 27/2013, 77/2012 e 221/2011. Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Exames/testagem/acompanhamento para hepatites e HIV Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Odontológica Público Alvo: população em geral</p>	<p>2013: 318 exames Anti HCV; 309 exames HIV; 390 exames de Hepatite B 2014: 249 exames Anti HCV; 309 exames HIV; 8 exames de Hepatite B 2015: 432 exames Anti HCV; 324 exames HIV; 8 exames</p>

	<p>Hepatite B</p> <p>2016: 315 exames Anti HCV; 327 exames HIV; 441 exames Hepatite B</p> <p>2017: 217 exames Anti HCV; 289 exames HIV; 307 exames Hepatite B.</p> <p>2018: 272 exames Anti HCV; 417 HIV e 347 Hepatite B</p> <p>2019: 361 anti HCV; 422 HIV e 484 Hepatite B.</p>
<p><u>PROGRAMA DE FORNECIMENTO (empréstimo) DE CADEIRAS DE RODAS</u></p> <p>Ano de criação: 2005</p> <p>Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Lei Estadual nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009.</p> <p>Local: Posto de Saúde Central</p> <p>Especificação/finalidade: Empréstimo de cadeiras de rodas de passeio e banho para deficientes.</p> <p>Rubrica Orçamentária: Recurso Estadual Público Alvo: Pessoas que necessita de cadeiras de rodas para locomoção e banho.</p>	<p>2013: não há dados registrados.</p> <p>2014: 19 cadeiras</p> <p>2015: 08 cadeiras</p> <p>2016: 04 cadeiras</p> <p>2017: 15 cadeiras</p> <p>2018: 16 cadeiras</p> <p>2019: 10 cadeiras</p>
<p><u>PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR</u></p> <p>Ano de criação: 2005</p> <p>Instrumento Normativo: não consta</p> <p>Local: Unidade de Saúde de Apoio</p> <p>Especificação/finalidade: Grupos para orientação de reeducação alimentar</p> <p>Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica</p> <p>Público Alvo: População em geral</p>	<p>2013: 04 grupos/20 participantes cada em media</p> <p>2014: 04 grupos/20 participantes cada em media</p> <p>2015: 04 grupos/20 participantes cada em media</p> <p>2016: 01 grupo/15 participantes cada em media (*)</p> <p>2017: 03 grupos/12 participantes cada em média</p> <p>2018: 03 grupos c/ 17</p>

	participantes em média 2019: 03 grupos c/ 18 participantes em média
<ul style="list-style-type: none"> • <u>PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL</u> Ano de criação: 1989 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Local: Unidades Básicas de Saúde Especificação/finalidade: Prevenção e tratamento em saúde bucal Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e odontológica Público Alvo: População em geral com ênfase ao atendimento infantil. 	2013: 5.882 atendimentos 2014: 4.948 atendimentos (**) 2015: 5.315 atendimentos (**) 2016: 7.343 atendimentos 2017: 18.654 atendimentos 2018: 20.116 atendimentos 2019: 18.533 atendimentos
<u>PROGRAMA PARA USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (DROGAS) E FAMILIARES</u> Ano de criação: 2007 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Lei Estadual nº 9.716/92, Portaria SAS/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Local: Posto de Saúde Central e Centro de Apoio Especificação/finalidade: Tratamento da dependência química/apoio a usuários de substâncias psicoativas e a familiares dependentes Rubrica Orçamentária: Manutenção do Programa de Saúde Mental e Combate às drogas Público Alvo: Usuários de drogas e familiares dependentes.	2013: 216 atendimentos 2014: 264 atendimentos 2015: 240 atendimentos 2016: 246 atendimentos 435 pessoas em grupos 59 internações 2017: 236 atendimentos 323 pessoas em grupos 63 internações 2018: 383 atendimentos 232 pessoas em grupos 50 internações 2019: 678 atendimentos 48 grupos c/ 264 pessoas atendidas 47 internações
<u>REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS</u> Ano de criação: 2004 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990.	2013: 30.008 exames

<p>PORTARIA GM/MS Nº 2031, de 23 de setembro de 2004. Local: Laboratório Público Municipal na Unidade de Apoio. Especificação/finalidade: Agendamento e realização de exames laboratoriais de diagnóstico. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Odontológica Público Alvo: População em geral</p>	<p>2014: 36.098 exames 2015: 26.146 exames (**) 2016: 28.942 exames 2017: 33.093 exames 2018: 37.392 exames 2019: 38.340 exames</p>
<p><u>SAÚDE DA GESTANTE E DA CRIANÇA/GRUPOS DE PRÉ E PÓS-PARTO/NUTRIÇÃO INFANTIL</u> Ano de criação: 1996 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011 Local: Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Apoio Especificação/finalidade: Grupos de orientação de pré e pós-parto e puericultura. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: Gestantes, puérperas e crianças recém-nascidas.</p>	<p>2013: 6 grupos com 104 participantes 2014: 6 grupos com 103 participantes 2015: 7 grupos com 114 participantes 2016: 7 grupos com 122 participantes 2017: 4 grupos com 61 participantes 2018: 3 grupos com 55 participantes 2019: 3 grupos com 44 participantes</p>
<p><u>SAÚDE DA MULHER/ATENDIMENTO A GESTANTE NA ATENÇÃO BÁSICA</u> Ano de criação: 2011 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Local: Todas as Unidades de Saúde com atendimento médico e de enfermagem. Especificação/finalidade: Consultas de pré-natal por profissional de nível superior na atenção básica. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: Gestantes.</p>	<p>2013: 1.139 atendimentos 2014: 1.459 atendimentos (**) 2015: 1.938 atendimentos (**) 2016: 1.844 atendimentos 2017: 1.630 atendimentos 2018: 1.974 atendimentos 2019: 2.306 atendimentos</p>
<p><u>SAÚDE DA MULHER/EXAMES PREVENTIVOS</u> Ano de criação: 1989 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990.</p>	<p>2013: 1.296 exames 2014: 1.088 exames</p>

<p>PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Portaria nº 189 MS/GM, de 31/01/2014: Local: Unidades Básicas de Saúde Especificação/finalidade: prevenção do câncer de mama e do colo de útero Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: População feminina.</p>	<p>2015: 1.285 exames 2016: 1.083 exames 2017: 1.275 exames 2018: 1.268 exames 2019: 1.121 exames</p>
<p><u>SAÚDE DA MULHER/GRUPO DE MULHERES</u> Ano de criação: 2003 Instrumento Normativo: PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Local: Unidades Básicas de Saúde Especificação/finalidade: Grupos de convivência e terapia ocupacional com reuniões semanais. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: Mulheres em geral</p>	<p>2013: 5 grupos (um por unidade) com 10 a 20 participantes cada em média. 2014: 5 grupos (um por unidade) com 10 a 20 participantes cada em média. 2015: 5 grupos (um por unidade) com 10 a 20 participantes cada em média. 2016: 5 grupos (um por unidade) com 10 a 20 participantes cada em média. 2017: 6 grupos (um por unidade) com 8 a 20 participantes cada em média. 2018: 7 grupos com 6 a 14 participantes cada em média 2019: 7 grupos com média de 5 a 16 participantes cada.</p>
<p><u>SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ – POSTOS COM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF</u> Ano de criação: 2003 Instrumento Normativo: PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Local: Unidades Básicas de Saúde Especificação/finalidade: Atendimento de Saúde da</p>	

<p>Família – equipe medica e de enfermagem Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: População de área afeta a cada unidade de saúde.</p>	<p>2013: 35.461 consultas(**) 2014: 34.720 consultas (**) 2015: 26.267 consultas (**) 2016: 34.750 consultas(**) 2017: 33.920 consultas(**) 2018: 28.181 consultas(**) 2019: 30.955 consultas(**)</p>
<p><u>SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ – POSTOS DE SAÚDE SEM ESF</u> Ano de criação: 1989 Instrumento Normativo: PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Local: Postos de Saúde Especificação/finalidade: Atendimento médico e de equipe de enfermagem. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: População de área afeta a cada unidade de saúde.</p>	<p>Após 2015 houve inicio do e-sus - anterior pode haver contabilização diversa</p>
<p>UNIDADES DE SAÚDE EM GERAL Programa de Acolhimento com Classificação de Risco Programa desenvolvido para o término de filas nas unidades de saúde e racionalização da disponibilidade de serviços mediante avaliação e classificação de todos os pacientes, extinguindo a distribuição de fichas.</p>	<p>100% dos usuários</p>
<p><u>SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES – PRÓPRIO</u> Ano de criação: 1988 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Resolução nº 69/2000 de 30 de junho de 2000. Ordem de Serviço nº 001/2014 Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Transporte para consultas e exames fora do município Rubrica Orçamentária: Manutenção da Secretaria de Saúde Público Alvo: Pacientes com agendamento de consultas e exames em outros municípios. Internações e busca de altas.</p>	<p>2013: 8.448 pacientes e 1.111 viagens 2014: 8.531 pacientes e 1.275 viagens 2015: 8.211 pacientes e 1.284 viagens 2016: 7.565 pacientes e 1.265 viagens 2017: 9.607 pacientes e 1.160 viagens 2018: 10.349 pacientes e</p>

	<p>1.139 viagens</p> <p>2019: 10.312 pacientes e 1.432 viagens</p> <p>(***)</p>
<p><u>SUPORE AO PACIENTE COM DEFICIÊNCIA/ESTOMIZADOS</u></p> <p>Ano de criação: 1993</p> <p>Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portarias MS nº 116/1993, 400/2009, 1060/2002 e 5296/2004</p> <p>Local: Posto de Saúde Central/Sala de vacinas</p> <p>Especificação/finalidade: Fornecimento de bolsas de colostomia e insumos complementares</p> <p>Rubrica Orçamentária: Recurso Estadual</p> <p>Público Alvo: Pacientes com deficiência ou trauma cirúrgico (estomizados)</p>	<p>2013: 04 a 05 pacientes em média</p> <p>2014: 04 a 05 pacientes em média</p> <p>2015: 04 a 05 pacientes em média</p> <p>2016: 04 a 05 pacientes em média</p> <p>2017: 04 a 05 pacientes em média</p> <p>2018: 07 pacientes estomizados e 04 com oxigenioterapia (concentrador)</p> <p>2019: 04 pacientes estomizados e 09 com oxigenioterapia.</p>
<p><u>VACINAÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA</u></p> <p>Ano de criação: 1973</p> <p>Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria GM/MS nº 1498 de 19 de julho de 2013.</p> <p>Local: Posto de Saúde Central/Vigilância Epidemiológica</p> <p>Especificação/finalidade: Controle de doenças epidemiológicas/vacinação e notificação compulsória de doenças (hepatite/rubéola/febre amarela, dengue, zika, etc...)</p> <p>Rubrica Orçamentária: Manutenção da Vigilância em Saúde</p> <p>Público Alvo: População alvo em cada campanha/tipo de vacinação- crianças para poliomielite, idosos gestantes e pessoas com comorbidades para gripe A, etc... Público específico alvo da vigilância (portadores de HIV, Hepatites virais, etc...).</p>	<p>2013: 9.739 vacinas aplicadas</p> <p>Vig. Epidemio: 69 notificações</p> <p>2014: 11.336 vacinas aplicadas</p> <p>Vig. Epidemio: 44 notificações</p> <p>2015: 12.258 vacinas aplicadas</p> <p>Vig. Epidemio: 92 notificações</p> <p>2016: 11.695 vacinas aplicadas</p>

	<p>Vig. Epidemio: 86 notificações</p> <p>2017: 12.156 vacinas aplicadas e 159 notificações</p> <p>2018: 13.376 vacinas aplicadas e 127 notificações</p> <p>2019: 12.277 vacinas e 214 notificações no SINAN</p>
<p><u>VIGILÂNCIA AMBIENTAL (CONTROLE DO VETOR DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA).</u> Ano de criação: 2001 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria nº 2457 de 11 de dezembro de 2014 e Plano Municipal de Contingencia de Dengue, Zika, Febre Amarela e Chikungunya. Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Controle de vetores da dengue, zika, chikungunya e febre amarela (mosquito transmissor). Rubrica Orçamentária: Manutenção da Vigilância em Saúde Público Alvo: População em geral/imóveis urbanos.</p>	<p>2013: Não havia sistema para lançar dados</p> <p>2014: 13.784 vistorias efetuadas.</p> <p>2015: 27.481 vistorias efetuadas.</p> <p>2016: 47.371 vistorias efetuadas com o auxílio de Agentes Comunitários de Saúde</p> <p>2017: 52.594 vistorias efetuadas com o auxílio dos ACSs</p> <p>2018: 32.001 vistorias efetuadas</p> <p>2019: 30.161 vistorias efetuadas.</p>
<p><u>VIGILÂNCIA SANITÁRIA</u> Ano de criação: 2011 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Lei Municipal nº 39.452/11 Local: Posto de saúde central Especificação/finalidade: Fiscalização</p>	<p>2013: 209 alvarás emitidos e estabelecimentos vistoriados</p> <p>2014: 285 alvarás emitidos e estabelecimentos vistoriados</p> <p>2015: 512 alvarás emitidos e</p>

<p>Sanitária/alvarás e licenças de funcionamento para estabelecimentos comerciais/industriais e de prestação de serviço. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Vigilância Sanitária Público Alvo: Empresas e atividades sujeitas à fiscalização sanitária.</p>	<p>estabelecimentos vistoriados 2016: 544 alvarás emitidos e estabelecimentos vistoriados. 2017: 575 alvarás emitidos e estabelecimentos vistoriados 2018: 632 alvarás emitidos e estabelecimentos vistoriados 2019: 628 alvarás emitidos e estabelecimentos vistoriados (****)</p>
<p><u>AGENDAMENTO DE CIRURGIAS ELETIVAS LOCAIS</u> Ano de criação: 2006 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria GM/MS 1.034/2015 Local: Hospitais Locais Especificação/finalidade: Cirurgias de baixa complexidade em âmbito local Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Odontológica Público Alvo: População com agravos de saúde dependentes de intervenção cirúrgica de baixa ou média complexidade.</p>	<p>2013: 112 cirurgias 2014: 134 cirurgias 2015: 113 cirurgias 2016: 21 cirurgias (jan a mai) (de jun a dez faltam dados dos hospitais) 2017: 07 cirurgias (jan a dez) 2018: Não foram realizadas cirurgias eletivas. 2019: 41 cirurgias eletivas</p>
<p><u>SERVIÇO DE TRIAGEM NEONATAL</u> Ano de criação: 1996 Instrumento Normativo: Lei nº 8080/1990. Portaria Nº 822 DE 06 DE JUNHO DE 2001. Local: Posto de Saúde Central Especificação/finalidade: Coleta do teste do pezinho entre 3º e 7º dia de vida Rubrica Orçamentária: Manutenção da Vigilância em Saúde Público Alvo: Crianças recém - nascidas</p>	<p>2013: 131 coletas 2014: 136 coletas 2015: 153 coletas 2016: 260 coletas 2017: 220 coletas 2018: 232 coletas 2019: 226 coletas</p>

PROGRAMAS ATENDIDOS POR TERCEIRIZAÇÃO	PUBLICO BENEFICIADO
<p><u>ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA TERCEIRIZADO</u> Nome da entidade: Castamann & Panazollo Endereço da entidade: Rua Cel. Alberto Schmidt, 145 – Não-Me-Toque. Data de criação: 24/08/2007 Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Contrato Administrativo nº 389/12 Local: Unidade de Apoio/CCAP Especificação/finalidade: Consultas e tratamento em psicologia Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: Pacientes encaminhados pela atenção básica e especializada que necessitam tratamento psicológico.</p>	<p>2013: 2.195 Atendimentos Individuais 797 horas de Grupos 2014: 1.995 Atendimentos Individuais 956h 30min de Grupos 2015: 1.758 Atendimentos Individuais 1.012h 30min de Grupos 2016: 1.745 Atendimentos Individuais 1.037h de Grupos 2017: 1.726 atendimentos individuais 1.127 h de grupos 2018: 1.764 atendimentos individuais 1.088 hs de grupos 2019: 1.941 atendimentos individuais 1.151 hs de grupos</p>
<p><u>SERVIÇO DE FISIOTERAPIA</u> Nome da entidade: Michele Pereira Viau Data de criação: 16/05/2011 Endereço: Av. Dr. Waldomiro Graeff, 977-sala 10 Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Credenciamento nº 06/2015</p>	<p>2013: 128 sessões 2014: 188 sessões 2015: 227 sessões</p>

<p>Especificação/finalidade: Agendamento de sessões de fisioterapia Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Odontológica Público Alvo: População em geral</p>	<p>2016: Iniciou somente em abril: 123 sessões 2017: 448 sessões 2018: 763 sessões 2019: 875 sessões</p>
<p><u>SERVIÇO DE FISIOTERAPIA</u> Nome da entidade: Hospital Notre Dame Julia Billiard Data de criação: 11/09/2015 Endereço: Rua Cel. Alberto Schmidt, 515, centro, Não-Me-Toque. Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Credenciamento nº 06/2015. Contrato do Hospital com o Estado do Rio Grande do Sul. Especificação/finalidade: Agendamento de sessões de fisioterapia Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Odontológica Público Alvo: Pacientes com prescrição para tratamento fisioterápico.</p>	<p>2013: Não houve contrato nesse ano 2014: Não houve contrato nesse ano 2015: 100 sessões (**) 2016: 3.353(SUS) + 182 (COMAJA) sessões (**) 2017: 474 sessões pelo credenciamento 3.353 (SUS) 2018: 907 sessões pelo credenciamento 3.268 (SUS) 2019: 1.223 sessões pelo credenciamento e 3.202 pelo SUS</p>
<p><u>OXIGENIOTERAPIA</u> Data de criação: 01/03/2010 Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Contrato Administrativo nº 198/2014 Especificação/finalidade: Fornecimento de tubos de oxigênio e cargas de oxigênio. Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica Público Alvo: Pacientes com insuficiência respiratória.</p>	<p>2013: 217 locações e 139 cargas 2014: 203 locações e 101 cargas 2015: 260 locações e 159 cargas 2016: 266 locações e 187 cargas 2017: 246 locações e 89</p>

	<p>cargas</p> <p>2018: 237 locações e 139 cargas</p> <p>2019: 202 locações e 144 cargas</p> <p>.</p>
<p><u>PROGRAMA DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES BUCAIS</u></p> <p>Data de criação: 03/07/2015</p> <p>Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990.</p> <p>Especificação/finalidade: Fornecimento de próteses bucais</p> <p>Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Odontológica</p> <p>Público Alvo: População com necessidade de implantação de prótese bucal.</p>	<p>2013: 8 a 10 próteses mensais. (Fornecimento por outra empresa)</p> <p>2014: 8 a 10 próteses mensais. (Fornecimento por outra empresa)</p> <p>2015: 87 próteses</p> <p>2016: 83 próteses</p> <p>2017: 72 próteses</p> <p>2018: 85 próteses</p> <p>2019: 80 próteses</p>
<p><u>SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES COM LINHAS DE ONIBUS COMERCIAL (VALE SAÚDE)</u></p> <p>Data de criação: 24/10/2012</p> <p>Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Especificação/finalidade: Transporte para consulta com ônibus de linha-serviço suplementar a referência de longa distância (Capital).</p> <p>Rubrica Orçamentária: Manutenção da Secretaria de Saúde</p> <p>Público Alvo: Pacientes que necessitam transporte a capital para tratamento de saúde, quando há indisponibilidade de veículo da Secretaria.</p>	<p>2013: 150 passagens</p> <p>2014: 158 passagens</p> <p>2015: 130 passagens</p> <p>2016: 140 passagens.</p> <p>2017: 188 passagens</p> <p>2018: 118 passagens</p> <p>2019: 180 passagens</p>
<p><u>SERVIÇO DE FONOAUDIOLOGIA</u></p> <p>Data de criação: 07/03/2008</p> <p>Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990.</p> <p>Especificação/finalidade: Consultas com fonoaudiólogo</p>	<p>2013: 1.076 atendimentos</p> <p>2014: 1.175</p>

<p>Rubrica Orçamentária: Manutenção da Assistência Médica e Odontológica Público Alvo: Pacientes com deficiência fonoaudiológica, especialmente crianças.</p>	<p>atendimentos 2015: 1.116 atendimentos 2016: 1.200 atendimentos 2017: 1.308 atendimentos 2018: 432 atendimentos (em abril encerrou o contrato-passando a atender pelo consórcio)</p>
<p><u>SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR</u> Nome: Hospital Beneficência Alto Jacuí Data de início: 23 de maio de 2016 Endereço: Av. Dr. Waldomiro Graeff, 810, Centro, Não-Me-Toque. Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Contratos administrativos emergenciais nº Especificação/finalidade: Atendimento de urgência e emergência em âmbito hospitalar Rubrica Orçamentária: Apoio a Entidades de Saúde Público Alvo: Atendimento de urgência e emergência a população em geral</p>	<p>Iniciado em 23/05/2016. 2016- 5.686 atendimento até novembro 2016 2017: 14.770 atendimentos 2018: 17.786 atendimentos 2019: 20.473 atendimentos e 25 cirurgias eletivas</p>
<p><u>SERVIÇO DE GINECOLOGIA, OBSTETRÍCIA E EXAMES TERCEIRIZADOS.</u> Data de criação: 09/09/2008 Instrumento Normativo: Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Contrato administrativo nº 293/2015 Especificação/finalidade: Consultas especializadas em ginecologia, obstetrícia, pré-natal, exames de</p>	<p>2013: 1.187 consultas 187 exames 2014: 1.465 consultas 217 exames</p>

<p>colposcopia, biopsia de mama, vulva e colo uterino e cauterização de colo uterino. Rubrica orçamentária: Manutenção da Assistência médica a população e Manutenção a Assistência medica e odontológica Público Alvo: Pacientes Mulheres e gestantes</p>	<p>2015: 1.419 consultas 176 exames 2016: 1.353 consultas 170 exames 2017: 1.451 consultas 253 exames 2018: 984 consultas 116 exames 2019: 654 consultas 143 exames</p>